

Etnografar e intervir: relato de uma antropologia engajada

ALEXANDRE BRANCO PEREIRA

Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, São Paulo, Brasil
ale.brancop@gmail.com

DOI 10.11606/issn.2316-9133.v29isuplp216-224

resumo Etnografias engajadas não são novidade para a antropologia. Em tempos de pandemia de COVID-19, em que o exercício etnográfico por vezes se torna proibitivo, outras formas de atuar apresentam-se aos antropólogos, cujo ofício pressupõe sua inserção em redes de relações nativas. O trânsito por essas redes, empreendidas etnograficamente, torna-se útil para endereçar problemas apresentados por interlocutores de pesquisa em situação de vulnerabilidade. Neste breve relato, apresento minha experiência de antropologia engajada junto a imigrantes e refugiados na cidade de São Paulo, evidenciando, em especial, a experiência junto a migrantes vivendo em Guaianases, e a atuação na Rede de Cuidados em Saúde para Imigrantes e Refugiados. Defendo, por fim, que a etnografia é uma atividade politicamente implicada, e endereçar problemas apresentados por interlocutores de pesquisa não são filigranas do trabalho do antropólogo, e localizam-no nesta rede de relações em que ele se insere, evidenciando seu agenciamento pelos sujeitos de pesquisa.

palavras-chave COVID-19. Imigrantes. Refugiados. Saúde.

Ethnographing and intervening: report of an engaged anthropology

abstract Engaged ethnographies are not new to anthropology. In times of the COVID-19 pandemic, in which the ethnographic exercise becomes, at times, prohibitive, other ways of acting are presented to anthropologists, whose job presupposes their insertion in networks of native relations. The transit through these networks, undertaken ethnographically, becomes useful to address problems presented by research interlocutors in situation of vulnerability. In this brief report, I present my experience of engaged anthropology with immigrants and refugees in the city of São Paulo. It highlights the experience with migrants living in the municipality of Guaianases, and my performance in the Health Care Network for Immigrants and Refugees. Finally, I argue that ethnography is a politically implicated activity, and that addressing problems presented by our research interlocutors are not filigree of the anthropologist's work, and locate him in this network of relationships in which he is inserted, evidencing their agencing by research subjects.

keywords COVID-19. Immigrants. Refugees. Health.

De la etnografía a la intervención: reporte desde una antropología con compromiso

resumen Las etnografías con compromiso no son nuevas en la antropología. En tiempos de la pandemia COVID-19, cuando el ejercicio etnográfico a veces se vuelve prohibitivo, se presentan otras formas de actuar a los antropólogos, cuyo oficio presupone su inserción en redes de relaciones nativas. El tránsito por esas redes, realizado desde el punto de vista etnográfico, resulta útil para abordar los problemas que presentan los interlocutores en situaciones vulnerables durante la investigación. En este breve reporte, presento mi experiencia de antropología con compromiso junto a los inmigrantes y refugiados en la ciudad de São Paulo. Destacando, en particular, mi experiencia con los inmigrantes que viven en Guaianases, y mi labor en la Red de Atención de la Salud para Inmigrantes y Refugiados. Creo que la etnografía es una actividad con compromiso político, y que abordar los problemas que presentan los interlocutores de la investigación no es una filigrana de la labor del antropólogo, y lo sitúa en esa red de relaciones en la que se inserta, evidenciando su agencia por parte de los sujetos de la investigación.

palabras clave COVID-19. Inmigrantes. Refugiados. Salud.

Introdução

As mobilidades humanas são um dos pontos nevrálgicos das discussões desencadeadas pela pandemia de COVID-19. A centralidade que as mobilidades adquirem são amiúde transversais aos debates realizados, e, com o acirramento dos controles de fluxos migratórios, a própria ideia de fronteira vê-se deslocada das divisas nacionais às portas das casas e às máscaras usadas pelas pessoas e, no limite, “o ar que você respira deve ser só seu”, e “a nova fronteira é a tua epiderme” (PRECIADO, 2020).

Com efeito, é possível notar as repercussões desse suposto “novo mundo” - que não é exatamente novo para aquelas pessoas deslocadas e desterradas, cujos fluxos têm sido alvo de controle e securitização crescentes (FELDMAN-BIANCO, 2018) – no cotidiano de imigrantes e refugiados na cidade de São Paulo. Aqueles albergados em centro de acolhida viam-se diante de um controle ainda mais agudo de suas circulações, colocadas sob suspeita epidemiológica. Além disso, como observar o distanciamento social em locais onde, muitas vezes, os quartos são grandes galpões com uma infinidade de beliches, divididos entre mais de trinta pessoas, ou onde as refeições são realizadas em refeitórios comunitários? Já aqueles imigrantes e refugiados habitantes de bairros nos extremos da cidade viam-se diante da fome, das negativas do auxílio emergencial, das dificuldades com remessas, dos transportes públicos lotados, da coação ao trabalho pelos patrões – que se estendia ao aceite forçado de rescisões ilegais dos contratos trabalhistas, onde empregadores forçavam trabalhadores a abrir mão de suas indenizações – e, muitas vezes, do medo em procurar serviços de saúde pública portando autorizações de residência com prazos vencidos, ou sem qualquer documento.

A pesquisa etnográfica também se ressentiu neste novo mundo: se nosso ponto de partida é, como argumentou Fonseca, “a interação entre o pesquisador e seus objetos de estudo, ‘nativos de carne e osso’” (FONSECA, 1998, p. 58), e essa interação se vê repentinamente limitada ao impedimento de relações face a face em contextos em que elas são imprescindíveis (apesar do louvável e necessário esforço de determinados antropólogos em defender etnografias digitais como viáveis) como proceder? Como, por exemplo, renunciar a encontros presenciais quando a maior parte de nossos interlocutores não têm acesso à internet? Como é possível continuar a condução de pesquisas quando as pessoas com quem temos falado estão apreensivas a respeito de sua subsistência mais básica, ou mesmo da garantia de seu acesso a serviços de saúde sem que incorram no risco de sinalizarem ao Estado sua situação de indocumentação, ou de que seus documentos estão vencidos?

Dessa forma, a pesquisa etnográfica que tenho empreendido desde 2017 viu-se revertida em atuação prática destinada a mitigar de alguma maneira os efeitos da crise aguda que muitos de meus interlocutores vinham atravessando – uma interseção que me acompanhou durante o processo de estabelecimento de relações no campo de pesquisa, onde a atuação emocionalmente distante e descomprometida foi por diversas vezes referida enquanto indesejável por meus interlocutores. Através das relações que empreendi nestes três anos, pude inserir-me em redes de intervenção e solidariedade, além de aprofundar laços nas quais eu já me via inserido, soerguendo uma antropologia eminentemente engajada (MERRY; LOW, 2010; KIRSCH, 2010; 2018), onde a neutralidade não era possível face às questões envolvidas. Isto também me permitiu acompanhar o processo de mobilização de atores ligados à sociedade civil, além de observar o processo de tomada de decisões por parte de diversas instâncias ligadas ao Estado. É este processo que descreverei agora.

Conviva Diferente e Guaianases: imigrantes e refugiados nas periferias de São Paulo

Parte importante de meu trabalho de campo foi realizada junto a imigrantes e refugiados moradores de Guaianases, bairro situado no extremo-leste da cidade de São Paulo que faz divisa com os municípios de Ferraz de Vasconcelos, Poá, Suzano e Mogi das Cruzes. Minha inserção no bairro deu-se, a partir de fevereiro de 2018, por meio de minha atuação como professor voluntário em um coletivo que organizava um curso de português gratuito para imigrantes e refugiados chamado Conviva Diferente, o primeiro curso do tipo na região, e, até hoje, permaneço vinculado ao Coletivo e mantenho contato com meus interlocutores de pesquisa, em sua maioria haitianos¹. As aulas, previstas para retornarem em março, coincidiram com as primeiras notificações de casos do novo coronavírus no Brasil. Dessa forma, elas não puderam ser retomadas, e o Coletivo passou a debater, então, sua atuação nesse contexto.

¹ Alguns aspectos dessa pesquisa foram apresentados alhures (cf. BRANCO-PEREIRA, 2019; 2020a; 2020b).

Uma das primeiras opções descartadas foi a realização de aulas online: grande parte dos imigrantes e refugiados não têm internet em casa, muitas vezes também não têm acesso à rede 3G, e utilizam-se de pontos de acesso públicos, que foram paulatinamente desligados à medida que o isolamento social avançava. Além disso, diversos relatos de dificuldades derivadas a partir do avanço da pandemia começavam a pulular: vários entre aqueles que estavam empregados com contratos formais foram coagidos a assinar suas rescisões contratuais renunciando às indenizações a que teriam direito. A maioria, que estava em vagas informais de trabalho – comércio ambulante, por exemplo – se viu entre a escolha de prosseguir normalmente com suas atividades e se expor ao risco de contaminação, ou deixar de trabalhar e não ter condições para a sustentação material. O afastamento do trabalho representava outra ameaça, pois impedia que eles mantivessem suas redes de solidariedade internacional, impossibilitando o envio de remessas financeiras para parentes em outras partes do mundo, como o Haiti e a Bolívia. Outra face do mesmo problema era a quarentena rígida em países como França, Canadá e Espanha, que também impossibilitava o envio de remessas por parentes para aqueles que aqui estavam.

Ademais, não era certo se imigrantes e refugiados teriam direito ao recebimento do auxílio emergencial, e aqueles indocumentados e com documentos com validade expirada já se viam excluídos dessa possibilidade, uma vez que entre as exigências estava uma série de documentos como o CPF. Por vezes, alguns deles compareceram a agências da Caixa Econômica Federal para ouvir que não poderiam receber os R\$ 600 caso não possuíssem carteira de trabalho. Vários procuraram integrantes do Coletivo para ajudá-los com o cadastro pelas mesmas razões relatadas acima: não tinham internet para realizar a solicitação, e o aplicativo solicitava frequentes atualizações que consumiam os pacotes de dados, por mais robustos que fossem – e, entre fazer contato com suas famílias alhures e atualizar aplicativos, a escolha tornava-se óbvia pela primeira opção.

Uma grande mobilização a nível nacional foi realizada para que os presidentes da Câmara e do Senado incluíssem a possibilidade de recebimento do auxílio emergencial por migrantes, e a Defensoria Pública da União ajuizou ação civil pública contra a Caixa e o Banco do Brasil para que migrantes, independentemente de suas situações migratórias, conseguissem obter pagamento apresentando qualquer documento de identidade, ainda que com o prazo de validade vencido. Mas, ainda que alguns pedidos tenham sido aprovados, a maior parte continuou em análise, vários foram recusados e outros tantos não puderam ser feitos pela falta dos documentos exigidos.

Assim, o Coletivo colocou em moção a estratégia de acionamento de redes de solidariedade já formadas no bairro para que essas pudessem de alguma forma contemplar a população imigrante residente na região. Primeiramente, foi elaborada uma Carta-manifesto, assinada por mais de uma dezena de organizações de e para imigrantes, publicizando a situação daqueles imigrantes e refugiados residentes no bairro. A carta foi enviada para as Secretarias Municipais de Direitos Humanos e Cidadania e de Assistência e Desenvolvimento Social (SMDHC e SMADS), além da Coordenadoria de Políticas para

Migrantes e Trabalho Decente (CPMig-TD), o Gabinete do Prefeito de São Paulo e a diversos vereadores e deputados. Tomamos conhecimento de um gabinete de crise, responsável por arrecadar e distribuir suprimentos, montado por moradores do bairro. A Igreja Batista Haitiana de Guaianases foi contatada, e informou que também já estava distribuindo cestas básicas, mas que eram insuficientes diante da demanda crescente. Fizemos o cadastro de alunos, a maioria haitianos e nigerianos, contemplando também famílias moradoras de Itaquera, bairro vizinho. Foi articulada, primeiramente, uma arrecadação de cestas básicas entre integrantes do próprio Coletivo e pessoas próximas, e conseguimos, em março, cestas básicas para mais de trinta famílias.

No mês de abril, a CPMig-TD entrou em contato com o Coletivo informando que fôramos indicados para receber cestas básicas pelo Programa Cidade Solidária, organizado pela Prefeitura da cidade. Havia, entretanto, um problema: o Coletivo não era institucionalizado, e não possuía o número de Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) necessário para o recebimento das cem cestas básicas solicitadas. Dessa forma, o trabalho teve de ser, uma vez mais, o de articulação de redes de relações: contatamos o Centro de Apoio e Pastoral do Migrante (CAMI), organização de assistência migratória da cidade, e questionamos sobre a possibilidade de receberem as cestas básicas pelo Coletivo, para, depois, distribuímos nossa cota entre os imigrantes de Guaianases. A parceria foi aceita, e a rede articulada tornou-se mais intrincada: o CAMI receberia as cestas, o Coletivo levantaria os nomes a quem as cestas seriam entregues, a Igreja Batista Haitiana se encarregaria de buscá-las no CAMI, distribuí-las e de colher as assinaturas de quem havia recebido, exigência feita pelo Ministério Público Federal (MPF), que também estipulou que todo este processo deveria ser feito em, no máximo, 48 horas. Ainda que com diversos imprevistos, a ação foi concluída com relativo sucesso, e mais de 450 cestas foram distribuídas ao longo de quatro meses, até o momento de submissão deste artigo – o que mitiga, por hora, algumas necessidades mais urgentes, mas não as aplaca em definitivo.

A rede de cuidados em saúde para imigrantes e refugiados

A Rede de Cuidados em Saúde para Imigrantes e Refugiados, ou somente Rede, é um coletivo de profissionais de serviços de assistência migratória de São Paulo ligados, de algum modo, ao cuidado em saúde e à garantia de acesso dessa população aos serviços públicos e privados de saúde no Brasil, e é composto por mais de 30 serviços do tipo da cidade de São Paulo. Comecei a frequentar esse coletivo em 2017, para fins de pesquisa, e, após o teórico término de meu trabalho de campo – e digo teórico pois este fim costuma ser frequente e arbitrariamente definido por prazos de defesa, e não necessariamente pelo distanciamento do antropólogo dos cenários pesquisados –, passei a integrar, a convite, a coordenação do coletivo em meados de 2019, composta por três outras profissionais (duas psicólogas e outra antropóloga, que também passou a integrar a coordenação no mesmo período que eu).

Aproximadamente um mês após a confirmação do primeiro caso de COVID-19 no Brasil, a CPMig-TD realizou uma série de reuniões com a chamada “rede pró-migração” da

cidade, que incluíam organizações e para imigrantes, e órgãos ligados ao Estado, mas envolvidas de alguma forma com questões concernentes à saúde, à assistência social e à garantia de direitos de imigrantes e refugiados. A Rede, além de participar das reuniões mais amplas, também foi convidada para reuniões específicas sobre saúde, junto a organizações como o Médico Sem Fronteiras, com o objetivo de determinar ações a serem desenvolvidas nos centros de acolhida para imigrantes e refugiados da cidade. Assim, a Rede, que congrega profissionais ligados a diversos desses abrigos, ficou responsável pela realização de um mapeamento do impacto da pandemia entre profissionais e conviventes desses centros de acolhida. O mapeamento envolvia a percepção dos imigrantes sobre o novo coronavírus, a existência ou não de protocolos internos de quarentena, o recebimento ou não de equipamentos de proteção individual (como máscaras e álcool em gel) para trabalhadores e conviventes, as mudanças na rotina dos centros de acolhida, a clareza da equipe sobre os fluxos de encaminhamento externo em casos de conviventes que apresentassem sintomas ou tivessem confirmação do diagnóstico de COVID-19, a existência ou não de articulação com os serviços de saúde do território, e, por fim, os impactos na saúde mental de trabalhadores e conviventes. Este mapeamento, feito com fins de subsidiar as ações futuras da SMADS e da SMDHC, só obteve autorização dos entrevistados para divulgação interna nos abrigos e nas Secretarias.

A Rede também pautou a inclusão da variável “nacionalidade” nos formulários específicos da COVID-19, além da divulgação desagregada desses dados nos boletins epidemiológicos do Ministério da Saúde de forma a mitigar a subnotificação e a possibilitar a mensuração do impacto da pandemia sobre essa população, algo já pautado por movimentos de imigrantes por diversas vezes em outros momentos. Sabemos, por exemplo, que a letalidade da doença aumenta consideravelmente a depender da análise de variáveis como cor/raça, gênero e classe social/renda, e dados de outros países (cf. SANCHES, 2020) permitem afirmar que imigrantes e refugiados também são um grupo particularmente vulnerável à doença. Espelhando-nos na iniciativa do Instituto Luiz Gama e do Grupo de Trabalho Racismo e Saúde² da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO), diversas frentes de ação foram iniciadas.

O sanitarista haitiano James Lalane, membro da Rede e mestrando no Programa de Pós-Graduação em Medicina Preventiva da Universidade de São Paulo (USP), protocolou uma requisição na Ouvidoria Geral do Sistema Único de Saúde (SUS) demandando a inclusão e divulgação desses dados, e uma outra carta de teor semelhante, assinada por coordenadores da Rede, foi remetida à Secretaria de Vigilância Epidemiológica e ao DATASUS. Além disso, junto ao ProMigra, vinculado à Faculdade de Direito da USP, solicitamos a divulgação dos dados existentes referentes a isso através da Lei de Acesso à Informação, e também articulamos junto à Diretoria Regional de Direitos Humanos da

2 O Instituto Luiz Gama protocolou, junto à DPU, ação civil pública com o objetivo de incluir os dados sobre “cor/raça” nos dados divulgados pelo Ministério da Saúde. O grupo de trabalho “Racismo e Saúde”, da ABRASCO, enviou recomendação ao ministério com o mesmo propósito.

Defensoria Pública da União (DPU) a elaboração de uma recomendação para o Ministério da Saúde orientando a coleta e divulgação dos dados sobre nacionalidade nos boletins sobre COVID-19. Por fim, iniciamos interlocução com o deputado federal Alexandre Padilha (Partido dos Trabalhadores) para que o Projeto de Lei nº 2.726/2020, que torna obrigatória a inclusão do marcador étnico-racial nos dados oficiais de contaminação e mortalidade pela COVID-19, incluísse também a exigência por dados relativos à nacionalidade. Dessa forma, esperamos evidenciar que a produção de dados é parte indissociável da estruturação de políticas públicas que garantam acesso equitativo ao cuidado integral de saúde, pilar estruturante do SUS, garantindo também que grupos historicamente submetidos a processos frequentemente violentos de invisibilização adquiram cada vez mais relevância política – e o fato de o movimento ter tido sua primeira ação a partir da iniciativa de um imigrante haitiano não deve passar despercebido.

Conclusão

Todas as ações descritas têm como traço comum a formação e o acionamento de redes de conexões e relações entre diversos atores, sejam eles de dentro ou fora do Estado, “assim distribuindo a tarefa de conhecer o real e intervir sobre ele numa rede de colaborações, disputas e coalizões tanto entre as disciplinas acadêmicas quanto junto a outros modos de conhecer e agir de fora da academia” (MARRAS, 2018, p. 253). Dessa forma, antropólogos e o próprio exercício etnográfico (ainda que *ex post-facto* [MACHADO, 2019]) cumprem papel estratégico nesses desafios de mediação entre diferenças e interesses, lançando mão de colaborações e coalizões que empreendem ao longo daquele que é o ofício próprio da disciplina: a etnografia. Como pontua Kirsch: “eles [antropólogos engajados] não procuram nada menos que o enriquecimento das melhores tradições da pesquisa etnográfica enquanto, simultaneamente, abordam questões importantes de justiça social”. (KIRSCH, 2010, p. 78, tradução livre)³.

Ser afetado é peça metodológica chave para antropólogos (FAVRET-SAADA, 2005). Isto não deve significar, como lembra Jeanne Favret-Saada, uma prática de afeto ensimesmada destinada a “exercitar seu narcisismo” (p. 160), tampouco ligada a uma empatia distanciada que “tenta representar ou imaginar o que seria estar” no que se considera ser o lugar do outro com suas emoções, sensações e percepções (p. 159). Se foi possível operar uma derivação do trabalho de campo etnográfico, que em nenhum momento se pretendeu enquanto objetivo na acepção positivista do termo, isso se deu porque a afetação mobilizada através das redes etnográficas excederam aquilo que foi supostamente o fim do trabalho de campo – i.e., a defesa de um trabalho perante uma banca de avaliação acadêmica –, e as demandas continuavam a chegar a mim agora não mais enquanto etnógrafo que relata objetiva e distanciadamente o que lhe é reportado por informantes nativos, mas enquanto

3 “(...) they [engaged anthropologists] seek nothing less than the enrichment of the finest traditions of ethnographic research while simultaneously addressing important questions of social justice.”

pessoa que habitava aquele cenário para além da posição de pesquisador e que poderia facilitar trânsitos e acionamentos de aplicativos de celular, cestas básicas, formulários, profissionais de centros de acolhida e de equipamentos públicos de saúde, além de agentes diversos do Estado. As populações que pesquisamos têm, portanto, mais do que o direito de não verem as informações coletadas por antropólogos sendo utilizadas no intuito de prejudicá-las, como versa o código de ética da Associação Brasileira de Antropologia (2012), mas a pesquisa etnográfica torna-se um instrumento de aliança política irrevogável em determinados casos.

Assim, minha atuação foi enquanto um ponto nodal de uma intrincada rede na qual eu só estou implicado por ocasião de um empreendimento etnográfico – cujo próprio instrumento, é bom repetir, é o estabelecimento de relações. A etnografia, desse modo, é um exercício politicamente implicado, e as consequências disso transcendem os limites tradicional e arbitrariamente impostos pela academia, bem como resultam em uma implicação política profunda do próprio antropólogo, que, ao ser inserido nas redes de relações que viabilizam a arquitetura do empreendimento de pesquisa, descobre-se ele próprio agenciado das mais diversas formas pelos atores que habitam os contextos pesquisados. Por fim, é preciso pontuar que não estamos alheios às contingências políticas e históricas que nos circundam, e endereçar a mitigação de injustiças sociais experimentadas por nossos interlocutores não são meras filigranas do trabalho antropológico, mas constitui pedra angular da tarefa à qual estamos sendo chamados pelo contexto atual: é preciso implicarmo-nos, e é imprescindível que lembremos que não há o “não se implicar”, pois o compromisso com a neutralidade objetivista é, ele mesmo, um compromisso político.

Referências bibliográficas

- ABA – Associação Brasileira de Antropologia. (2012). *Código de Ética da Antropóloga e do antropólogo*. Brasília: Associação Brasileira de Antropologia.
- BRANCO PEREIRA, Alexandre. (2019). *Viajantes do tempo: imigrantes-refugiadas, saúde mental, cultura e racismo na cidade de São Paulo*. 175f. Dissertação de mestrado em Antropologia Social – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.
- BRANCO PEREIRA, Alexandre. (2020a). *Viajantes do tempo: imigrantes-refugiadas, saúde mental, cultura e racismo na cidade de São Paulo*. Curitiba: Editora CRV.
- BRANCO PEREIRA, Alexandre. (2020b). “Imigrantes, refugiados e o novo coronavírus: notas para a reflexão”. *Boletim Cientistas Sociais e o novo coronavírus*, n. 66 – ANPOCS, p. 1-4. Disponível em <http://www.aba.abant.org.br/noticia-88999>
- FAVRET-SAADA, Jeanne. (2005). “Ser afetado”. Tradução de Paula Siqueira, revisão de Tânia Stolze Lima. *Cadernos de Campo*, n. 13, pp. 155-161.
- FELDMAN-BIANCO, Bela. (2018). “O Brasil frente ao regime global de controle das migrações: Direitos humanos, securitização e violências”. *Travessia - Revista do Migrante*, Ano 31, n.83, pp. 11-36.

- FONSECA, Claudia. (1998). “Quando cada caso NÃO é um caso: pesquisa etnográfica e educação”. Trabalho apresentado na XXI Reunião Anual da ANPED, Caxambu.
- KIRSCH, Stuart. (2018). *Engaged Anthropology*. Oakland: University of California Press.
- KIRSCH, Stuart. (2010). *Experiments in engaged anthropology*. Collaborative Anthropologies, v. 3, p. 69-80.
- LOW, Seta; MERRY, Sally. (2010). *Engaged anthropology: diversity and dilemmas*. Current Anthropology, v. 51, Supplement 2, pp. S203-S226.
- MACHADO, Igor José Renó. (2019). “Ethographic life: method for an ex post facto anthropology”. *Anthropologica* 61, pp. 345-351.
- PRECIADO, Paul B. (2020) “Aprendiendo del virus”. *El País*, 28 de março de 2020. Disponível em https://elpais.com/elpais/2020/03/27/opinion/1585316952_026489.html acesso em: 21/05/2020.
- SANCHES, Mariana. (2020). “Coronavírus: nos EUA, cidades com migrantes brasileiros e hispânicos têm 30% mais mortes por COVID-19”. *UOL Notícias*, 19 de abril de 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/bbc/2020/04/19/nos-eua-cidades-com-migrantes-brasileiros-e-hispanicos-tem-30-mais-mortes-por-covid-19.htm> acesso em: 29/05/2020

sobre o autor

Alexandre Branco Pereira

Doutorando e mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Cientista social com habilitação em antropologia pela Universidade de Brasília. Atualmente, é pesquisador do Laboratório de Estudos Migratórios (LEM-UFSCar), coordenador da Rede de Cuidados em Saúde para Imigrantes e Refugiados, membro do Coletivo Conviva Diferente e assessor de coordenação do Centro de Direitos Humanos e Cidadania do Imigrante (CDHIC).

Recebido em: 30/05/2020

Aceito para publicação em: 19/08/2020